

**A QUEIXA ESCOLAR NA PERSPECTIVA
DE EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**THE SCHOOL COMPLAINT IN THE PERSPECTIVE OF EDUCATORS
OF FUNDAMENTAL EDUCATION**

**LA QUEJA ESCOLAR ANTE LA PERSPECTIVA DE LOS EDUCADORES DE
LA ENSEÑANZA PRIMARIA**

Euristela Barreto Sodré
stelasodre@hotmail.com

Mestre em Psicologia (UNIVASF)
Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro – BA

Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa
lucivanda.borges@univasf.edu.br

Doutora e Mestre em Psicologia Social (UFPB)
Colegiado de Graduação e Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Vale do
São Francisco

RESUMO

A queixa escolar é entendida como aquela centrada no processo de escolarização das crianças e adolescentes envolvendo sua família e escola. O presente trabalho teve como objetivo identificar as concepções dos professores sobre a queixa escolar relacionada aos seus alunos das séries iniciais do ensino fundamental de Juazeiro-BA. Destaca-se que esta pesquisa é um recorte da pesquisa de mestrado, autorizada pelo comitê de ética sob número CAAE: 72197917.8.0000.5196, com parecer nº 2.306.607, que buscou entender como se dá a produção da queixa escolar frente a esse público. Sendo uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, participaram 16 professores da rede pública municipal de Juazeiro-BA, que responderam um roteiro de entrevista semiestruturado e um questionário sociodemográfico. Os dados foram tratados com base nas diretrizes da categorização de conteúdo proposto por Bardin (2002) e discutidos a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-cultural e da Pedagogia Histórico-crítica, que compreendem o processo de ensino-aprendizagem na sua relação dialética com o meio social historicamente situado.

O estudo resultou em cinco eixos, dos quais trataremos, no presente estudo, apenas de um deles, que se refere às concepções das professoras sobre os fatores relacionados à queixa escolar. Menciona-se que, nesse eixo, apresenta-se a problemática de que, segundo os participantes, a ausência da família no processo escolar da criança vem ocasionando seu fracasso escolar. Espera-se que essas reflexões possam estimular os professores a pensarem sobre as queixas produzidas sobre os alunos e os elementos que se aliam ao fenômeno e, assim, possa ser construído um novo arcabouço interpretativo para as dificuldades no processo de escolarização dessas crianças. Considera-se, também, que as dificuldades não são exclusivas das crianças, mas articuladas a toda uma dinâmica educacional e institucional, incluindo as condições de trabalho dos professores.

Palavras-chave: queixa escolar; educadores; psicologia histórico-cultural; pedagogia histórico-crítica; escola pública.

ABSTRACT

Scholar complaint is seen as a grievance that is focused on the educational process among children and Adolescents and their parentes and school. This study aimed to identify teachers's compreeentions about the scholar complaint related to the students of the elementary school of Juazeiro-BA. This study represents a cutout from a master thesis, authorized by Brazilian ethics committee under the code CAAE: 72197917.8.0000.5196, com parecer nº 2.306.607, which intended to understand how Scholar complaint works on this sample. The present research has a qualitative and exploratory feature and used a semistructed interview model and a social background questionnaire. 16 Teachers from a Juazeiro's Public School were sample on this Survey. Data were analised with the Bardin (2002) model of categories and they were discussed through a Psychology historic-cultural perspective of the human development and through the historical-critical pedagogy and both understand the humans as their situated dialectical relationship with the social-historic. Five thematic axes were conducted on this study, of which only one of them were discussed on this paper, which is driven to teachers's conceptions about Scholar Complaint. This subject highlights the trouble that, according to educators, the lack of family support on the educative process of the students entails the Scholar Complaint. It is expected that those reflections might stimulate the interviewed teachers to reflect about the complaints on the students and the elements which ally to this phenomenon, and then, build a new interpretative framework about the issues of scholarization process of these Children. It is also considered that the difficulties are not exclusive to Children, but they are connected to an institutional educational dynamics, including teachers' working conditions.

Keywords: Scholar complaint; Educators; Psychology historic-cultural; Historical-Critical Pedagogy; Public School.

RESUMEN

La queja escolar es comprendida como la culpabilización que se centra en el proceso de escolarización de los niños y adolescentes involucrando a la familia y a la escuela. El presente trabajo tuvo como objeto identificar las concepciones de los profesores sobre la queja escolar relacionada con los alumnos de los primeros grados de la enseñanza primaria en el municipio de Juazeiro-BA. Además, ese artículo representa un recorte de la investigación de maestría, que fue autorizada por el comité de ética e investigación de Brasil bajo el código CAAE: 72197917.8.0000.5196 y que buscó comprender cómo se produce la queja escolar frente a ese público. Como encuesta cualitativa y exploratoria, han participado en ella 16 profesores del sistema escolar público municipal de Juazeiro-BA, con un guion de entrevista semiestructurada y un cuestionario sociodemográfico como punto de partida. Los datos fueron procesados a partir de las pautas de categorización de contenidos propuestas por Bardin (2002), y discutidos desde la perspectiva de la psicología histórico-cultural y la pedagogía histórico-crítica, que entienden el proceso de enseñanza-aprendizaje en su relación dialéctica con el entorno social históricamente situado. El estudio dio como resultado cinco ejes, de los cuales trataremos aquí sólo uno de ellos y que se refiere a las concepciones de los docentes sobre los factores relacionados con la queja escolar. En ese eje se pone de manifiesto el problema que, según los participantes, viene suponiendo la ausencia de la familia en el proceso escolar. Se espera que esas reflexiones puedan estimular a los profesores investigados a pensar en las quejas producidas sobre los alumnos y los elementos aliados al fenómeno y, de esa manera, poder construir un nuevo marco interpretativo de las dificultades en el proceso de escolarización de los niños. También se considera que esas dificultades no son exclusivas de los niños, sino que están vinculadas a toda una dinámica educativa e institucional, incluidas en esos casos las condiciones de trabajo de los profesores.

Palabras-clave: denuncia escolar; educadores; psicología histórico-cultural; pedagogía histórico-crítica; escuela pública.

INTRODUÇÃO

A Psicologia possui um grande arcabouço teórico voltado ao campo escolar. Entre os objetos de estudo desse campo, está o estudo da queixa escolar e seus desdobramentos. Diversas explicações sobre a queixa escolar podem ser encontradas em algumas pesquisas (BASSANI; VIÉGAS, 2020; GARBARINO, 2020; SCHWEITZER; SOUSA, 2018; CAVALCANTE; AQUINO, 2013), as quais revelam que a culpa recai, em sua maioria, sobre a criança e sua família, tendo pouca reflexão diante dos elementos institucionais envolvidos na construção dessa queixa.

É importante, inicialmente, compreender que queixas escolares são “as demandas formuladas por pais, professores e coordenadores pedagógicos acerca de dificuldades e problemas enfrentados por estudantes no ambiente escolar” (DAZZANI; CUNHA; LUTTIGARDS; ZUCOLOTO; SANTOS, 2014, p. 422), que tem como personagens principais a criança/adolescente, sua escola e sua família, no qual se centraliza no processo de escolarização daquelas (SOUZA, 2006, 2007). Esse conceito de queixa escolar remete à compreensão do fenômeno de forma complexa, multifatorial, no qual a responsabilização sobre a criança, alvo da queixa, representa uma simplificação do fenômeno, de forma que obscurece os elementos histórico-sociais implicados no problema.

Nessas circunstâncias, a perspectiva histórico-cultural pode traçar direções interpretativas que permitam interpelar a queixa escolar, dando vazão a sua complexidade. Isso representaria uma ampliação teórica e um olhar mais crítico, político, histórico e social sobre o fenômeno. Foi identificado por Dazzani et al. (2014) que a Psicologia Sócio-histórica e a Psicologia Escolar Crítica são as bases teóricas predominantes em estudos que investigam a queixa escolar. Essas abordagens, pautadas nos debates vigotskianos, fomentam uma discussão que promove uma leitura histórica e social do processo educativo

escolar das crianças. Ou seja, considera a educação como fenômeno multidimensional, ampliando assim as lentes interpretativas do fracasso escolar e desnaturalizando esse fenômeno.

Ao refletir que a queixa escolar incide sobre um problema apresentado pela criança em seu processo de escolarização, Neves e Marinho-Araújo (2006) inferem a necessidade de ter em mente que o fracasso das crianças se mostra como o reflexo do fracasso da escola enquanto sistema responsável pela aquisição e transmissão do conhecimento. Assim, ao reconhecer a falha da escola em sua função social, já se descortina um elemento importante na compreensão da queixa escolar: identificar o lugar no qual as falhas institucionais que desencadeiam problemas nos alunos se situam.

Prontuários de pacientes em serviços de saúde foram objeto de investigação para compreender a queixa escolar. Exemplo disso é o estudo de Freire e Hessel (2017), que, ao analisarem apenas encaminhamentos originados da escola, constataram que, dos 283 prontuários avaliados, somente 155 deles apresentavam queixa escolar e faziam referência às crianças que se encontravam entre a educação infantil e o ensino fundamental. Em complemento, no estudo de Bassani e Viégas (2020) foi destacado que as faixas etárias de oito a dez anos e de onze a treze anos equivalem, respectivamente, a 41,3% e 31,6% dos alunos encaminhados para avaliação diagnóstica dentro de um universo de 1.628 fichas de encaminhamento analisadas.

A partir desses dados, é possível refletir que as crianças podem sentir as rupturas provenientes da mudança de modalidades de ensino da educação infantil para fundamental, evidenciado enquanto problemas da criança no seu processo de escolarização. Isso pode ocasionar o entendimento de que o “mau comportamento” diante da não adaptação às exigências da escola seja uma possibilidade de patologia.

Essa temática alia-se à discussão sobre desenvolvimento infantil. Ao entender o desenvolvimento da criança de modo universal e natural, tende-se a enquadrar o sujeito em padrões. Haja vista que imaginar a existência de um padrão de desenvolvimento a ser seguido relaciona-se com modelos teóricos que defendem o desenvolvimento humano como algo linear, a-histórico, no qual há um amadurecimento biológico que naturalmente vai surgindo e dando condições ao desenvolvimento do sujeito. Para a perspectiva inatista, por exemplo, “os processos de crescimento físico e maturacional – em última análise, o organismo – determinam incondicionalmente o processo de desenvolvimento” (ASBAHR; NASCIMENTO, 2013, p. 418).

Nesse sentido, ao escapar do esperado, pode-se pensar na possibilidade de uma patologia de ordem psicológica que justifique a diferença em relação aos demais. Esse pensamento é típico da lógica medicalizante que opera na escola, cujo viés reducionista e aprisionador produz classificações de normalidade/anormalidade e, simultaneamente, promove exclusão (RIBEIRO; VIÉGAS, 2016).

A Pedagogia Histórico-Crítica (DUARTE, 2004; DUARTE, 2013; SAVIANI, 2000), que também apoia essa pesquisa, pauta-se nos pressupostos marxistas, assim como a Psicologia Histórico-Cultural. Ambas produzem conhecimento sobre a constituição humana, tendo a historicidade e a cultura como parte dos elementos fundadores dessa constituição. Assim, deve-se considerar o cenário histórico-social que circunda essa escola e, ao mesmo tempo, referenciar o discurso dos professores sobre a queixa escolar, entendendo ainda que esse mesmo discurso retroalimenta o referido cenário.

Com isso, a partir dos referenciais supracitados, considera-se que a realização desta pesquisa pode contribuir para a problematização da queixa escolar de forma a suscitar um redirecionamento das concepções e formas de atuação dos atores educacionais diante do processo de desenvolvimento-

aprendizagem dos alunos. Ademais, a problematização desse tema permite ampliar as discussões sobre a queixa escolar, uma vez que o discurso da medicalização na educação tem sido pouco questionado entre professores – interlocutores importantes no processo educativo. Visa-se, assim, compreender esse fenômeno no território baiano, onde não são encontradas muitas pesquisas sobre o tema.

Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo averiguar as concepções dos professores sobre as queixas escolares relacionadas aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de ensino de um município baiano.

Os dados explicitados neste artigo se propõem a apresentar os elementos que estruturam o discurso dos professores acerca das dificuldades das suas crianças em seu processo de escolarização. Tais achados representam relevância social e científica que se situam na construção de um novo arcabouço interpretativo para as dificuldades escolares das crianças da rede pública municipal, possibilitando repensar as práticas que se inserem na esteira da medicalização.

MÉTODO

Caracterização Geral

O delineamento metodológico adotado neste estudo assume a natureza qualitativa no que diz respeito ao tratamento dos dados, e exploratória quanto aos seus objetivos, já que proporciona maior aproximação com o tema pela “descrição e entendimento de realidades variadas” (TERENCE; ESCRIVÃO FILHO, 2006, p. 04).

Participantes

Foram entrevistados dezesseis participantes lotados em diferentes escolas, de modo que, ao todo, cinco escolas foram acessadas. As entrevistas foram realizadas de modo individual, em um local disponibilizado pela instituição escolar. Em regra, utilizou-se sala de aula desocupada e, em uma escola, foi utilizado o laboratório de informática. Os encontros aconteceram em horário de almoço e, em outros casos, ao final do expediente. Por considerações éticas, é importante informar que os nomes dos participantes foram trocados para nomes de professores que atuam/atuaram em outro município baiano, como forma de homenagem. A faixa etária das professoras variou entre 29 e 57 anos, cuja média de idade foi de 42 anos. A presença majoritária de mulheres como educadoras nos primeiros anos escolares, conforme ocorreu neste estudo, é uma realidade encontrada em outras pesquisas (LABADESSA; LIMA, 2017; BORGES; VASCONCELOS; SALOMÃO, 2016). A presença predominante da profissional feminina na educação está associada à maternidade e sensibilidade, bem como também por ser considerada uma profissão que a mulher pode conciliar às atividades domésticas, escolha essa “influenciada pelas representações existentes na sociedade, que têm suas bases na história da feminização do magistério” (RABELO; MARTINS, 2006, p. 6167). Em relação à formação acadêmica, onze professoras possuem apenas a graduação e cinco têm o título de especialista. Sobre o tempo de serviço na educação, a participante com menor experiência no ensino fundamental I contava com apenas cinco meses de atuação, e a que se encontrava há mais tempo, atuava há 30 anos. Em relação às séries que as professoras lecionavam, o 4º ano foi a turma que prevaleceu, tendo seis das participantes; seguido do 3º ano, com cinco professoras; depois o 2º, com três; duas professoras atuavam no 1º ano e em programas de aceleração, e, por último, apenas uma professora atuava no 5º ano. É importante frisar que nas séries iniciais do ensino fundamental as professoras lecionam todas as disciplinas.

Instrumentos e Materiais

Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado composto por dez questões, das quais apenas duas foram trazidas para este artigo para fins de análise. Para transcrição dos áudios, foi utilizado o programa *Windows Media Player* e leitor de mp3. Apenas uma narrativa foi coletada sem áudio, sendo digitada no notebook em sincronia à entrevista.

Procedimentos de Coleta

A inserção em campo se deu por meio do contato com a Secretária de Educação e, posteriormente, com as escolas. A abordagem às professoras foi feita individualmente, apresentando-lhes a proposta e agendando o dia da entrevista, destacando, inclusive, o uso do gravador de voz. A entrevista ocorreu somente após as considerações éticas terem sido atendidas. A coleta foi realizada entre outubro de 2017 e fevereiro de 2018, ocorrendo sem intercorrências. As entrevistas foram registradas em um gravador digital portátil, exceto a já mencionada, a pedido do participante.

Procedimento de Análise de Dados

As narrativas foram transcritas literalmente e sua sistematização seguiu as diretrizes da categorização de conteúdo proposta por Bardin (2002). As perguntas do roteiro de entrevista foram construídas para responder aos objetivos específicos do estudo, de modo que as respostas dos participantes foram agrupadas em eixos, de acordo com esses objetivos e sua organização se deu em formato de tabela simples, a partir do programa editor de texto *Word*.

A questão norteadora foi “quais fatores são apontados pelos professores como relacionados ao processo da queixa escolar?” A partir disso, construiu-se o eixo de Características da Queixa Escolar, da qual foram elaboradas

categorias semânticas – que são as temáticas definidas de acordo com o conteúdo das entrevistas.

Os títulos das categorias pautavam-se nos sentidos atribuídos às respostas das participantes por meio de um percurso extenso de leitura flutuante e análise exaustiva em busca das unidades de sentido, que significam recortes representativos do texto. Essas categorias e sentidos específicos foram discutidos à luz dos autores da perspectiva Histórico-Cultural, a exemplo de Santos (2017), Leonardo e Suzuki (2016), Facci e Souza (2014), Martins e Rabatini (2011) e, por fim, Vygotsky (2007); além de autores da Pedagogia Histórico-Crítica, como Duarte (2004, 2013) e Saviani (2000).

Aspectos Éticos

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Vale do São Francisco sob o número CAAE: 72197917.8.0000.5196, com parecer nº 2.306.607.

A coleta foi realizada apenas pela pesquisadora, preservando-se o cuidado com o participante desde o convite à condução da coleta e, posteriormente, a administração dos dados, obedecendo-se à Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual foram apontadas as informações para que os participantes tivessem ciência sobre como seria a participação e quais garantias lhes seriam oferecidas. Destacaram-se o sigilo e confidencialidade, ressaltando-se ainda sobre a desistência livre e a qualquer momento, inclusive posterior à pesquisa, sem qualquer prejuízo. A pesquisa obteve apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados a partir das narrativas foram expostos na Tabela 1, na qual estão descritos os elementos que os educadores consideram como implicadores na produção da queixa escolar. Foi questionado, aos professores, sobre quais dificuldades os seus alunos apresentaram no processo de escolarização e as possíveis causas para essas dificuldades. A partir disso, organizaram-se os dados em quatro categorias: 1) ênfase na participação familiar sobre o processo de educação escolar da criança; 2) prioridades do ensino; 3) base dada à criança; e, por fim, 4) questões institucionais.

Tabela 1 – Concepções das professoras sobre os fatores relacionados à queixa escolar

Categorias	Sentidos
Ênfase na participação familiar sobre o processo de educação escolar da criança (Freq. 16)	Condição social da família: baixo nível de escolaridade Falta de apoio pedagógico em casa Falta de apoio afetivo/emocional em casa Família displicente quanto aos cuidados com a criança Contexto familiar desajustado/desestruturado
Prioridades do ensino (Freq. 01)	Prioridade ao cumprimento do conteúdo programático sobre a aprendizagem
Base dada à criança (Freq. 01)	Educação infantil que não investe na alfabetização
Questões Institucionais (Freq. 02)	Escassez de recurso didático Exigências burocráticas
Total de Ocorrências	20

Na Tabela 1, pode-se visualizar os dados de forma categorizada. Na primeira categoria, “ênfase na participação familiar sobre o processo de educação escolar da criança”, é apresentada a discussão sobre o lugar que a

família ocupa no processo de escolarização das crianças na expectativa dos professores. É necessário ter em conta que as famílias-referências do presente estudo são provenientes de bairros periféricos e historicamente estigmatizadas, sobre as quais há crenças e preconceitos relacionados ao cuidado com a criança, bem como expectativas relacionadas ao desenvolvimento e sucesso escolar que a criança pode alcançar. No entanto, essa discussão não será aprofundada neste estudo. Para maior aprofundamento e revisão, ver Patto (2008), que aborda os fatores históricos relacionados ao baixo rendimento escolar das crianças de baixa renda.

Dentre as dezesseis ocorrências apresentadas, encontram-se sentidos diferentes, mas que podem dialogar entre si, como a “condição social da família: baixo nível de escolaridade”, a “falta de apoio pedagógico em casa”, a “falta de apoio afetivo/emocional em casa”, a “família displicente quanto aos cuidados com a criança” e o “contexto familiar desajustado/desestruturado”. Os sentidos citados esboçam distintos entendimentos, mas que coadunam numa mesma lógica: as expectativas da escola de que os pais possam ter um papel mais ativo na educação escolar. Isso vai desde a atenção ao material escolar da criança ou oferecimento de suporte na realização das tarefas escolares – desde o “para casa” até o incentivo à leitura, sendo os pais também leitores. Houve queixas das participantes sobre a carência afetiva da criança como justificativa para dificuldades escolares. Nessa categoria, vale destacar alguns fragmentos de entrevista que a representam:

Aluno disperso, eu acho que o “para-casa” que não é feito; fatores emocionais que talvez faça com que a criança bloqueie. (...) Essa questão do bloqueio às vezes a criança em casa tem todo o histórico, o pai, a família separada, família desestruturada. E talvez isso acarreta... afeta o psi da criança e talvez isso venha bloquear (Fátima, 1º ano, retirado da transcrição das entrevistas).

A “falta de apoio afetivo às crianças” por parte de seus cuidadores foi um conteúdo que atravessou muito as falas das participantes, ao perceberem que os pais não valorizam/motivam os filhos na direção dos estudos e que os conflitos familiares que afligem as crianças atrapalham seu envolvimento com os estudos. Nota-se que a questão do contexto familiar desajustado e a família desestruturada, negligente e pobre são temas que se constituem enquanto objetos de pesquisas, pois muito se tem debatido sobre a associação entre pobreza e fracasso escolar (ASBAHR; LOPES, 2006).

Asbahr e Lopes (2006) trazem também essa problemática em seu estudo com professores do ensino fundamental, indicação de fatores que se direcionam ao contexto familiar, como hipóteses para as dificuldades de leitura e escrita das crianças. Elas destacam, entre esses fatores, uma “falta de interesse da família que não incentiva e ajuda a criança na escola; situação familiar complicada: separação dos pais, violência doméstica, abandono; vida sofrida” (p. 56).

Em consonância, na pesquisa de Cavalcante e Aquino (2013) também surge a discussão sobre famílias de estudantes de escola pública que não fazem acompanhamento da educação escolar de seus filhos, sendo, portanto, alvo de queixa de profissionais. Patto (2008) trata de modo minucioso e crítico o percurso histórico que essa visão preconceituosa sobre as crianças pobres está assente. A autora aborda a teoria da “carência cultural” como modo de encobrir problemas macropolíticos que contribuem diretamente para as dificuldades que alunos e professores enfrentam no cotidiano escolar. Na pesquisa de Cavalcante e Aquino, já citada, esse discurso aparece em entrevistas com psicólogos que atendem demandas de queixa escolar.

Queixas direcionadas à família dos escolares também aparecem no estudo de Torres e Ciasca (2007). Nessa pesquisa, professores indicaram acreditar “que o desinteresse do aluno é decorrente de problemas emocionais, de problemas familiares, problemas orgânicos ou pela simples falta de vontade

do aluno em mudar” (p. 21). Também ocorrem situações em que a dificuldade da criança está situada em suas habilidades cognitivas, competências acadêmicas, bem como em questões de ordem atitudinal, como dispersão, pouca atenção e concentração, conforme pode ser encontrado no estudo de Garbarino (2020).

Ademais, a pesquisa de Pessoa et al. (2017) revelou que seus participantes também dão ênfase ao papel da família como formadora da criança, associando diretamente o modo como a criança chega à escola com o que traz de casa, explicando, assim, os comportamentos apresentados no ambiente escolar. Essa visão da responsabilização da família sobre o fracasso pode ser encontrada também no estudo de Schweitzer e Souza (2018), que foi realizado com diferentes atores da escola: professores, assistentes de direção, direção e assistente técnico-pedagógico, que esboçaram essa mesma visão sobre a queixa escolar.

Nesse sentido, entende-se que as participantes se preocupam, por exemplo, com o fato de as crianças estarem expostas a um ambiente estressor e, por isso, aparecerem tristes na escola e, ainda, não terem atenção em casa. Visto que elas acreditam que essas situações contribuem negativamente no envolvimento dessa criança com as atividades escolares e, conseqüentemente, atingem seu desenvolvimento. Todavia, vale pensar, quem é essa família? Em que condições vive? Os pais são alfabetizados? Ainda que ser pobre não signifique não dar atenção aos filhos. Mas em que se apoiaria a negligência dos cuidadores com os compromissos escolares da criança? Como organizar a trajetória escolar das crianças cujos pais se ocupam com o trabalho, na safra, em períodos sazonais, por exemplo?

Decerto, não cabe neste trabalho responder a todos esses questionamentos, porém é pertinente que alguns apontamentos precisam ser feitos, uma vez que existe um contexto social que se torna cenário na produção

da queixa escolar. Por outro lado, tem-se um ambiente escolar que recebe essa clientela, mas que, ao mesmo tempo, é um cenário que favorece a produção desse discurso.

O que se pretende destacar é que a escola também está precarizada e as condições de trabalho limitantes dos professores não permitem que eles acolham satisfatoriamente as necessidades dessas crianças. Em síntese, a realidade socioeconômica das famílias das crianças matriculadas torna-se a principal condição desfavorável à aprendizagem das crianças. Diante disso, faz sentido ser a categoria com maior número de ocorrências (16), já que indica uma percepção predominante entre as participantes. Porém vale ressaltar que isso não as torna culpadas pelo discurso, e sim porta-vozes de uma realidade difícil de ser compreendida, acessada e problematizada.

No estudo de Carias, Mezzalira e Guzzo (2016), resultante da análise de registros sobre os alunos de uma escola, surgiram, dentre outros, os seguintes itens como motivos de encaminhamento: “situações de vulnerabilidade”, “conflito familiar”, “negligência familiar” e “dificuldades financeiras”. Nota-se que isso são os educadores solicitando ajuda relativa a situações nas quais eles não estão conseguindo intervir, mas entendem que são elas que afetam a aprendizagem da criança. Não significa incompetência docente no exercício de sua função, mas limitações diante de situações que extrapolam sua ação. Ainda que seu trabalho seja de cunho técnico e político, é necessário reconhecer o limite humano.

Essa tensão entre família/escola – as quais não conseguem produzir uma sintonia, um discurso harmônico que possa alcançar e superar a queixa escolar sobre essa criança – não é um problema desses professores na contemporaneidade, e sim uma tensão histórica produzida sobre o descrédito em relação às crianças advindas dessa classe social, que foram as ocupantes das escolas desinvestidas e precarizadas. Como elencado por Patto (2007), nas diversas pesquisas desse contexto emergiram os seguintes aspectos:

desinteresse de governantes pela efetiva formação escolar da maioria das crianças e jovens brasileiros; medidas de barateamento do custo-aluno; desvalorização dos educadores sob a forma de baixos salários, formação profissional precária e imposição [...] de reformas e projetos educacionais (p. 243).

Assim, entende-se que, quando a família das crianças surge no discurso dos professores como grande elemento da queixa, também atinge a escola pública que acolhe essa clientela. Diante das realidades apontadas nessa categoria, segue a fala da professora Lia (2º ano), que aponta uma possibilidade de enfrentamento à questão da falta de apoio familiar, com a educação escolar da criança: “Então a escola teria que ser integral para poder a gente não contar com a família. Que a gente em 4h fazer papel de enquanto professor e enquanto família é complicado”.

Essa professora reconhece que não se deve contar com esse retorno familiar, propondo, então, como saída para esse problema, um maior tempo de permanência da criança na escola, de modo que o professor assumisse sozinho o processo de escolarização. Ou seja, o caminho seria a oferta da Escola Integral no ensino fundamental como política pública para garantir às crianças o direito à escola de qualidade e proteção. Vale destacar que essa participante já tem trinta anos na profissão, o que a leva a pensar assim a partir do que ela experienciou todos esses anos.

A segunda categoria, “Prioridade do Ensino”, se expressa na fala de uma professora que reconheceu sua falha e a dos docentes de modo geral. Isso em razão de que, em alguns momentos, eles priorizavam o cumprimento do conteúdo programático em detrimento da aprendizagem da criança, também por pressões da rede de ensino.

Olha, eu não vou dizer também que não tem minhas falhas, a gente tem falhas [...] até porque nós temos assim, a gente quer dar o conteúdo que tá lá proposto na rede, da primeira, segunda e terceira unidade. E a gente fica

tão visado em correr pra dar aqueles conteúdos que termina a gente não [...] a gente fica querendo acelerar aqueles conteúdos e a gente não volta (Aurinha, 4º ano, retirado da transcrição das entrevistas).

Vale questionar se essa preocupação da gestão municipal de ensino com relação ao cumprimento do conteúdo não está atrelada ao interesse de que as crianças apresentem um bom desempenho nas avaliações da rede. Exemplo disso é a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), aplicada nas turmas de 3º ano, visando mais a uma estatística positiva do que de fato à aprendizagem.

No estudo de Ferreira, Rodrigues e Oliveira (2018), aparece um dado semelhante. O esforço dos professores que atuam em Escola de Tempo Integral destinado ao alcance da nota exigida pelo Programa Nota 10 não tem como objetivo a qualidade da aprendizagem e sim a aquisição de uma boa pontuação:

O Programa Escola Nota 10 é pautado na lógica da bonificação, porque visa conferir o prêmio do 14º salário para os profissionais da educação de João Pessoa. Para ter direito ao bônus, os critérios são a participação dos docentes na formação continuada e o desempenho dos alunos na avaliação externa aplicada pela Secretaria (p. 175).

Essa realidade é apresentada na fala de uma participante da pesquisa referenciada: “No município tudo gira em torno do projeto Escola Nota Dez, né?”. (Aurinha, 4º ano, retirado da transcrição das entrevistas). Quando, para uma gestão municipal, um dado estatístico se torna mais importante do que a aprendizagem, denota-se um modo dessa gestão perceber a lógica do trabalho educativo. A gestão deveria se preocupar com o sentido do trabalho do professor e a aprendizagem do aluno, porém percebe-se que essa questão remete a uma alienação à qual o professor está submetido por meio da desapropriação do trabalho docente.

Percebe-se que a queixa da professora Aurinha pode direcionar a pontos nevrálgicos na educação, que envolvem as imposições governamentais e as possibilidades da escola no cumprimento dessas metas. A escola se vê cobrada

a mostrar que seus alunos atingiram os índices esperados pela rede. Ao mesmo tempo, não significa dizer que os professores não devam se preocupar com os conteúdos previstos no currículo. Seja na aquisição das habilidades de leitura, escrita, matemática e/ou na aquisição de conteúdos científicos previstos para as séries mais avançadas, o professor deve evitar que o aluno chegue ao próximo ano sem essa bagagem teórica.

Neste contexto, vale abordar a crítica relacionada ao que a rede de ensino exige do professor e quais condições são oferecidas ao docente para cumprir tais exigências. Mais profundo do que esse argumento, é pensar sobre quais condições o professor se encontra para poder cumprir isso, não como uma exigência administrativa, mas enquanto obrigações da própria função educativa aliada às necessidades da criança.

A terceira categoria, “Base dada à criança”, foi percebida quando a participante se queixou que a chegada da criança no ensino fundamental, sem habilidades necessárias, se dá pelo fato de o professor de educação infantil não ofertar um ensino mais direcionado a esse conteúdo, como pode ser percebido no fragmento seguinte:

[...] o estudo deles lá nas creches eu não acho que é bom... que deveria ser mais avançado que ensinasse mais. Muitas vezes eles vêm sem nem saber o nome, sem conhecer as letras, eu acho que isso é a base numa creche. Que eles não devem estar lá só pra estar numa creche pros pais trabalharem, eu acho que a creche deveria trabalhar mais o cognitivo da criança. Eu acho que eles vêm com essa falha, né? Da creche, que eles brincam muito, muito e não trabalha de fato o que deveria trabalhar: que são as letras do alfabeto; os números de 1 a 10; é o nome completo. Então eu sinto falta disso (Maria, 2º e 3º anos, retirado da transcrição das entrevistas).

Essa categoria, de sentido único, se direciona às Diretrizes Curriculares de Educação Infantil (BRASIL, 2010), e deixa clara a existência de um debate constante sobre uma organização pedagógica para crianças dessa fase,

esclarecendo o formato que pode garantir o desenvolvimento e aprendizagem, sem antecipar os assuntos do ensino fundamental.

Perceber o movimento da medicalização da infância e dos processos educativos representa o agir de modo que não haja rotulação das crianças que não adquiriram determinados conhecimentos, bem como oferecer nas escolas as oportunidades de aprendizagem a todas as crianças, para que elas possam chegar à próxima etapa com progressos importantes no desenvolvimento. Esse tema da especificidade pedagógica da educação infantil é uma seara bastante ampla, mas, na presente pesquisa, há um limite para comentar sobre a noção pedagógica da educação infantil e como isso se aproxima do conflito que nos foi colocado, em razão da frase da professora Maria. Ao informar que “as crianças saem da educação infantil sem base de leitura e escrita”, despontam-se os sinais onde se inicia o problema. Portanto, germina aí a produção da queixa escolar.

Trazendo a perspectiva de Elkonin e Pasqualini (2010), o desenvolvimento da criança recém-chegada à escola (referindo-se ao ensino escolar fundamental) é de acordo com a preparação recebida na primeira infância. Além disso, no período de zero a seis anos, a criança precisaria ser ensinada a pensar, não sendo, portanto, a creche um local de assistencialismo, nem tampouco antiescolar.

Essa discussão de Elkonin e Pasqualini (2010) é consonante à do fragmento de fala de uma professora, que ressalta a importância de um bom ensino infantil. Todavia, em um pequeno recorte da fala de Maria, diz-se que: “[...] muitas vezes, eles vêm sem nem saber o nome, sem conhecer as letras, eu acho que isso é a base numa creche”. Neste caso, a professora demonstra uma grande expectativa sobre o ingresso das crianças no ensino fundamental, conforme preconizam as Diretrizes Curriculares quanto ao aspecto da leitura e escrita – habilidades citadas pela participante. No documento, há a prerrogativa de que a educação infantil deve “garantir condições que possibilitem às crianças

experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos” (BRASIL, 2010, p. 25). Nesse sentido, se tem um amplo debate sobre os objetivos e a concepção da educação infantil e como isso pode auxiliar no entendimento da produção da queixa escolar, que tem seu berço sobre as crianças muito pequenas e seu alvo é o ensino de baixa qualificação.

Por fim, com duas ocorrências, a última categoria, intitulada “Questões Institucionais”, apresenta os conteúdos relativos às condições de trabalho, considerando a “escassez de recurso didático” e “exigências burocráticas”. Sobre a primeira queixa, a professora Gildete (5º ano) destaca a falta de material didático para os alunos, pois o que a escola oferece no início do ano é insuficiente. Além disso, as famílias das crianças não podem comprar. Por sua vez, ao ser interrogada sobre as queixas referentes à sua turma, a professora Fátima (1º ano) traz o seguinte discurso:

É... eu acho assim, que seria mais tempo pra gente, professor, porque assim. Eles... quando vêm lá da SEDUC (...) muito papel pra gente assinar, muito diagnóstico pra preencher e isso leva muito tempo da gente. Toma muito tempo. Até tempo pra você pesquisar mais, estudar mais. Então a gente fica supercarregada (Fátima, 1º ano, retirado da transcrição das entrevistas).

O que chama atenção nessa categoria é que, diferente da maioria das participantes, a queixa não está direcionada para a família da criança e sim às condições de trabalho em que estão imersas. Esse fato se torna uma crítica importante, pois, ainda que os professores precisem se mostrar insistentes e competentes na tarefa de educar, eles percebem, de modo crítico, que fazem isso em condições muito limitantes e que vivenciam privações no trabalho, configurando-se uma visão diferente e descentralizada das crianças.

Espera-se, assim, que essas participantes possam revelar uma conduta de reivindicação para a secretaria, como forma de enfrentamento a essa queixa. Esse é um posicionamento defendido neste estudo sobre a prática pedagógica

como um ato político (SAVIANI, 2017), no qual a atuação docente deve se direcionar a um papel transformador da realidade, em vez de apenas ser adaptativo a ela, como preconiza a Pedagogia Histórico-Crítica. Isso em razão de que, uma vez nascida em movimento de lutas sociais, essa tendência pedagógica tem a responsabilidade de realizar um trabalho que instrumentalize a classe trabalhadora com vistas à emancipação humana (SANTOS, 2012).

Isso leva ao questionamento: será que pensar em qualidade ensino-aprendizagem é apenas tratar do investimento na formação dos educadores? Por mais simples que pareça, a ausência de material simples/básico de uso constante (lápiz, brinquedo, caderno, entre outros) tem implicações na organização didática do professor, que, ao planejar uma atividade escrita, precisa dar conta de administrar poucos recursos para que as crianças possam realizar as tarefas. Aos poucos, isso vai gerando desgaste no cotidiano da sala de aula.

Além disso, como visto ao longo dos relatos e discussões neste estudo, o discurso da queixa é muito pouco produzido a partir da escola. E, ao referir-se à escola, é preciso pontuar que se trata de uma instituição pública situada em diversos contextos (social e político/governamental). Logo, a sua estrutura funcional está inscrita em intenções políticas. Porém, seriam estas voltadas à emancipação das classes populares ou preconizadas na afirmação do lugar delas? Isso nos leva a pensar sobre a educação enquanto poderoso instrumento ideológico de controle do capital (SAVIANI 2000; SANTOS, 2012). Diante disso, se faz necessário deslocar o olhar do fracasso escolar, que é tradicionalmente situado como fracasso da criança e de seus familiares – como evidenciado nesta presente pesquisa – para o fracasso das políticas públicas educacionais e, conseqüentemente, para o funcionamento da escola enquanto instituição organizadora da aprendizagem. Assim, seria possível tirar o foco de um único

ator social e ampliar o olhar para outros sistemas envolvidos no fracasso que atinge as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este percurso investigativo se propôs a explorar o tema da queixa escolar em escolas públicas localizadas em uma cidade baiana que ofertam as séries iniciais do ensino fundamental. Optou-se por conhecer essa temática pela ótica dos professores, por considerá-los os principais condutores do processo educativo. Sendo assim, buscou-se, de modo geral, identificar a compreensão desses educadores acerca da queixa escolar. Isto é, como a queixa escolar é entendida pelos educadores a partir dos fatores que eles apresentam enquanto justificativas para os problemas de escolarização dessas crianças.

Os dados levantados apontaram que, a respeito das narrativas que sustentam o sucesso escolar, foi percebido que a figura do professor e a parceria escola-família se destacam como fatores importantes para a aprendizagem, desenvolvimento e bom desempenho do aluno. Todavia, ao pensar sobre aspectos que subsidiam a aprendizagem, há uma ênfase na baixa participação familiar sobre o processo escolar da criança. As famílias foram consideradas responsáveis por não ofertar apoio pedagógico em casa, não cobrar das crianças o cumprimento das tarefas e não incentivar a leitura. Essas famílias estão inseridas em um contexto socioeconômico e cultural historicamente estigmatizado, no qual elas são consideradas desestruturadas, desajustadas, descuidadas com o processo escolar das crianças. Portanto, possuem responsabilidade pelo fracasso escolar destas.

Pela perspectiva histórico-cultural e histórico-crítica, entende-se que o professor tem uma função crucial no processo ensino-aprendizagem, seja pela qualificada mediação dos conteúdos científicos, como também pela valorização das experiências das crianças que devem estar envolvidas em suas práticas

docentes ao considerar a origem e cultura de seus alunos. Além disso, sua função está, fundamentalmente, em realizar uma docência politizada, ainda que o cenário político/governamental atual cerceie esse modelo de educação.

Tanto a Pedagogia Histórico-Crítica, quanto a Psicologia Histórico-Cultural defendem uma escola que considere os determinantes sociais da educação e promova as melhores condições para o desenvolvimento do sujeito, de forma que seja responsável por transmitir signos historicamente criados e construir saberes (MARTINS; RABATINI, 2011). Ademais, ressalta-se a função social e política dessa escola de alavancar as crianças das classes populares para condições mais igualitárias, com acesso a melhores condições de vida e possibilidades de construir outra história.

A principal limitação encontrada nesta pesquisa foi a baixa disponibilidade dos professores em participar da entrevista, devido a sua carga horária extensa e intensa, levando-nos a pensar sobre suas condições de trabalho. Finalmente, com base nos dados alcançados, sugere-se aos futuros estudos que analisem a perspectiva da família sobre o processo escolar das crianças e atentem para as dificuldades e potencialidades do processo educativo da criança no contexto escolar. Assim, pode-se pensar na construção de pensamento menos estigmatizante sobre as famílias de baixa renda, no sentido de caminhar na direção de uma relação diferente com elas, produzindo, assim, outra visão sobre a queixa escolar.

REFERÊNCIAS

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; LOPES, Juliana Silva. A culpa é sua. **Psicologia USP**, v. 17, n. 1, p. 53-73. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psusp/a/sBqsxs9BN5SyKnWBPxDqRMt/?lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2020.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; NASCIMENTO, Carolina Picchetti. Criança não é manga, não amadurece: conceito de maturação na teoria histórico-cultural. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 2, p. 414-427. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000200012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/4Wq5bTmhnRT8XG8w3B5Xcvj/?lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2002.

BASSANI, Elizabete; VIÉGAS, Lygia de Sousa. A medicalização do “fracasso escolar” em escolas públicas municipais de ensino fundamental de Vitória-ES. **Revista Entre ideias: educação, cultura e sociedade**, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/28793>. Acesso em: 04 fev. 2020.

BORGES, L. C.; VASCONCELOS, D. C.; SALOMÃO, N. M. R. Educação infantil em contexto não urbano: um estudo com educadoras. **Psico**, v. 47, n. 3, p. 238–247, 2016. DOI: 10.15448/1980-8623.2016.3.22567. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/22567>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. Disponível em: http://www.uac.ufscar.br/documentos-1/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 26 jan. 2020.

CARIAS, Antonio Richard; MEZZALIRA; Adinete Sousa da Costa; GUZZO, Raquel Sousa Lobo. Os primeiros contatos: Rompendo o modelo da queixa escolar. **Debates em Educação**, v. 8, n. 15, p. 01, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/1085>. Acesso em: 24 jan. 2020.

CAVALCANTE, Lorena de Almeida; AQUINO, Fabíola de Sousa Braz. Ações de psicólogos escolares de João Pessoa sobre queixas escolares. **Psicologia em Estudo**, v. 18, n. 2, p. 3530-362, 2013. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722013000200016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/dypZL3xpYQnW3FD7t8VGzwC/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2020.

DAZZANI, Maria Virgínia Machado; CUNHA, Eliseu de Oliveira; LUTTIGARDS, Polyana Monteiro; ZUCOLOTO, Patrícia Carla Silva do Vale; SANTOS, Gilberto Lima dos. Queixa escolar: uma revisão crítica da produção científica nacional. **Psicologia Escolar Educacional**, v. 18, n. 3, p. 421-428, 2014. Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/bvsvs/resource/pt/lil-736102>. Acesso em: 24 fev. 2020.

DUARTE, Newton. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. **Cadernos CEDES**, v. 24, n. 62, p. 44-63, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622004000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/BySzfJvy3NLvLrfRtxgBy6w/?lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2020.

DUARTE, Newton. Vigotski e a pedagogia histórico-crítica: a questão do desenvolvimento psíquico. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 24, n. 1, p. 19–29, 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2150>. Acesso em: 24 jan. 2020.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. O processo de avaliação-intervenção psicológica e a apropriação do conhecimento: uma discussão com pressupostos da escola de Vigotski. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 14, n. 30, p. 385-403, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 jan. 2020.

FERREIRA, Ruttany Souza Alves; RODRIGUES, Cibele Maria Lima; OLIVEIRA, Gilvaneide Ferreira de. Projeto escola em tempo integral no município de João Pessoa-PB: contextos e prática. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 27, n. 53, p. 170-185, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/5668>. Acesso em: 26 jan. 2020.

FREIRE, Klessyo do Espírito Santo; HESSEL; Beatriz Ribeiro Cortez Cardozo Barata de Almeida; CARVALHAL, Tito. Queixa escolar e gênero: uma análise a partir de prontuários de um CAPSI de Salvador-BA. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 6, n. 4, p. 235–246, 2017. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1658>. Acesso em: 04 mar. 2020.

GARBARINO, Mariana Inés. O discurso meritocrático nas explicações parentais de crianças com queixa escolar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. e195858, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003195858>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/cwn6Yy5yyQXNgLfBPtW7wRF/?lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2020.

LABADESSA, Vanessa Milani; LIMA, Vanessa Aparecida Alves de. Queixa escolar: repercussões na escola a partir do atendimento psicológico. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 369-377, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702131116>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/p9dHjLmtHyqZYDSPZxsgdqm/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; SUZUKI, Mariana Akemi. Medicalização dos problemas de comportamento na escola: perspectivas de professores. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 46-54, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1161>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/FwSgXGSGrSRZbD8cmdFSsWM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2020.

MARTINS, Lígia Márcia; RABATINI, Vanessa Gertrudes. A concepção de cultura em Vigotski: contribuições para a educação escolar. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 345-358, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 jan. 2020.

NEVES, Marisa Maria Brito da Justa; MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria. A questão das dificuldades de aprendizagem e o atendimento psicológico às queixas escolares. **Aletheia**, Canoas, n. 24, p. 161-170, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 jan. 2020.

PASQUALINI, J. C. O papel do professor e do ensino na educação infantil: a perspectiva de Vigotski, Leontiev e Elkonin. In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 161-191. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/ysnm8>. Acesso em: 04 mar. 2020.

PATTO, Maria Helena Souza. "Escolas cheias, cadeias vazias" nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 243-266, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-257>

40142007000300016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/8CmZxV5RnRBPmBR3N7J49mm/?lang=pt>.
Acesso em: 05 out. 2021.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PESSOA, Camila Turati; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; OLIVEIRA, Cassia Cassimiro de; SILVA, Amanda Vieira da. Concepções de educadores infantis sobre aprendizagem e desenvolvimento: análise pela psicologia histórico-cultural. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 2, p. 147-156, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121093>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/sp9Rj5jYtjPb5s7y9qqCJ4d/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 out. 2021.

RABELO, A. O., & MARTINS, A. M. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. p. 6167-6176.

RIBEIRO, Maria Izabel Souza; VIÉGAS Lygia de Sousa. A abordagem histórico-cultural na contramão da medicalização: uma crítica ao suposto TDAH. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 8, n. 1, p. 157–166, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/14867>. Acesso em: 06 out. 2021.

SANTOS, Cláudio Félix. Pedagogia histórico-crítica e movimentos sociais populares. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; BATISTA, E. L. (Orgs.). **Pedagogia Histórico-Crítica**: desafios e perspectivas para uma educação transformadora. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 181-205.

SANTOS, Geane da Silva. **A medicalização da infância**: um estudo com professores (as) da rede municipal de ensino de Goiânia sobre encaminhamentos de crianças à saúde. 2017. 202 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6954>. Acesso em: 05 out. 2021.

SAVIANI, Dermeval. “Escola sem partido”: o que isso significa? **Vermelho**, Brasília, 8 set. 2017. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/301679-1>. Acesso em: 04 mar. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2000.

SCHWEITZER, Lucas; SOUZA, Simone Vieira de. Os sentidos atribuídos à queixa escolar por profissionais de escolas públicas municipais. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 3, p. 565-572, 2018. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/2175-35392018034949>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/H5KZwJDzwwyJ3GCzxwXLFHd/?lang=pt>. Acesso em: 04 mar. 2020.

SOUZA, Beatriz de Paula. Apresentando a orientação à queixa escolar. In SOUZA, Beatriz de Paula (Org.). **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 97-117. Disponível em: <https://orientacaoaqueixaescolar.ip.usp.br/wp-content/uploads/sites/462/2020/11/CAP.4.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

SOUZA, Beatriz de Paula. Orientação à queixa escolar: considerando a dimensão social. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, n. 2, p. 312-319, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282021740012>. Acesso em: 24 jan. 2020.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 26., 2006, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540368_8017.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

TORRES, Delia Izaguirre; CIASCA, Sylvia Maria. Correlação entre a queixa do professor e a avaliação psicológica em crianças de primeira série com dificuldades de aprendizagem. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 24, n. 73, p. 18-29, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862007000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 jan. 2020.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.